



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

14/02/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

MP do pente-fino do INSS fere regras de orçamento, diz consultoria

Estudo feito pela consultoria de orçamento da Câmara concluiu que o governo não respeitou exigências da lei ao editar a MP (Medida Provisória) que estabelece um pente-fino em benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Inconsistências no texto geram risco de que o tema seja judicializado e podem dar combustível para partidos de oposição questionarem a matéria durante a tramitação no Congresso.

Técnicos avaliam ainda que a medida só poderá ser colocada em prática na sua totalidade após o envio pelo governo e a aprovação no Legislativo de uma proposta complementar para corrigir as distorções.

O documento da consultoria, elaborado para subsidiar o relator da medida, detectou que o texto fere quatro exigências previstas na Lei das Diretrizes Orçamentárias e na Constituição.

A MP do pente-fino foi editada em janeiro com o objetivo de melhorar a gestão do pagamento de benefícios, combater fraudes e permitir uma revisão de repasses que não se justificam.

Para a realização da varredura, peritos do INSS vão receber um bônus. Nesta semana, o INSS deve finalizar a portaria que trará o cálculo de produtividade média desses profissionais. O bônus será pago a quem ultrapassar esse patamar.

A expectativa do governo é auditar benefícios com indícios de irregularidade pagos a pelo menos 2 milhões de pessoas. Com isso, pretende economizar R\$ 9,3 bilhões em um ano.

Apesar da estimativa de economia, a consultoria afirma que o governo não poderia ter enviado a proposta ao Congresso sem apresentar medidas compensatórias para fazer frente ao pagamento do bônus aos peritos. Isso fere a LDO.

Com as bonificações, o governo espera desembolsar R\$ 339,3 milhões aos peritos em 2019 e 2020. O texto, porém, não informa a metodologia de cálculo que levou a esse resultado, o que também desrespeita a lei orçamentária e a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

De acordo com a consultoria da Câmara, a Constituição também exige que qualquer aumento de remuneração —como no caso do bônus— só poderá ser efetivado se houver autorização específica na LDO, com prévia dotação orçamentária para atender à despesa, o que não ocorre nesse caso.

O documento afirma ainda que a Lei de Diretrizes Orçamentárias não contempla a possibilidade de instituição do bônus.

Por se tratar de medida provisória, a proposta já tem força de lei, mas depende de aprovação do Congresso. Na avaliação de técnicos da consultoria de orçamento da Câmara, o pente-fino previsto na MP só poderá ter validade efetiva se o governo enviar e aprovar no Congresso um novo projeto com alteração da LDO e remanejamento do orçamento.

A proposta com os ajustes precisará passar por avaliação da Comissão Mista de Orçamento, que ainda não foi instalada, antes de ser colocada em votação em sessão conjunta no plenário do Congresso, que também não tem reuniões agendadas.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 14/02/2019

Juiz manda Previdência explicar por que não paga bônus de 25% a doentes

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) terá 72 horas para explicar por qual razão não está concedendo diretamente nos postos da Previdência o adicional de 25% do salário para todos os aposentados que comprovam a necessidade de assistência permanente de terceiros.

A determinação do juiz federal Ricardo de Castro Nascimento, da 8ª Vara Previdenciária de São Paulo, ocorreu na segunda-feira (11).

A decisão é em resposta a uma ação civil pública da Centrape (Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas). O prazo começará a ser contado a partir da publicação da decisão, que poderá ocorrer ainda nesta semana. O pedido foi feito para contemplar associados da Centrape e também não associados.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 14/02/2019

Bolsonaro analisa reforma nesta semana

O secretário especial de Previdência e Trabalho - Ministério da Fazenda, Rogério Marinho, informou nesta quarta-feira (13) que a proposta de reforma da Previdência está finalizada e deverá ser analisada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro entre esta quinta (14) e sexta- -feira (15). “(A proposta) está pronta. O presidente vai recebê-la quinta-feira ou sexta-feira, quando nos convocar. Estamos aguardando a vinda dele aqui para Brasília”, disse a jornalistas após sair de uma reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e deputados federais integrantes da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado. Bolsonaro chegou a capital federal no início da tarde e deve despachar no Palácio da Alvorada nos próximos dias.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 14/02/2019

Bolsonaro e Guedes discutem reforma hoje

Um dia após ter alta do hospital, o presidente Jair Bolsonaro vai receber hoje o ministro da Economia, Paulo Guedes, para uma reunião no Palácio da Alvorada, residência oficial do presidente da República. A agenda não traz a pauta do encontro, mas há uma expectativa grande de que Bolsonaro e Guedes comecem a fechar os detalhes da reforma da Previdência que será enviada ao Congresso. Ontem, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, afirmou que a equipe econômica já concluiu texto-base para apresentar a Bolsonaro. Na ocasião, Marinho disse ainda que o texto seria apresentado a Bolsonaro “imediatamente” após o presidente receber alta. Ele evitou revelar os ajustes que foram feitos.

Fonte: Jornal A Tribuna – 14/02/2019

Reforma da Previdência deve ser apresentada antes do Carnaval, diz Onyx

O chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou nesta quarta-feira (13) que a proposta de Reforma da Previdência deverá ser apresentada ao Congresso antes do Carnaval. A data prevista pela equipe econômica é a próxima terça-feira, 19. Onyx, contudo, disse que a ideia é debater o tema no fim de semana e também na semana que vem. Ele afastou a ideia de que o cronograma tenha sido atrasado.

“Não é obrigatório ser na semana que vem. Se estiver tudo pronto e maduro, e ele [Bolsonaro] se sentir seguro, a gente faz na semana que vem”, afirmou.

Onyx evitou dar detalhes da proposta de reforma, mas disse que haverá uma separação entre a Previdência e os benefícios de assistência pagos pela Seguridade Social, como o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 14/02/2019